

A MILITÂNCIA NO PCB E A ATUAÇÃO NA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DE 1946

ENTREVISTA COM JORGE AMADO¹

Sérgio Soares Braga
Universidade Federal do Paraná

RESUMO

Nessa entrevista, o escritor e ex-constituente Jorge Amado relembra alguns aspectos de sua trajetória política e comenta sua participação na Assembléia Constituinte de 1946 como deputado pelo PCB de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE: *Jorge Amado; Estado Novo; Constituinte de 1946; bancada comunista; Partido Comunista do Brasil; redemocratização.*

RSP: Vários de seus livros (*Subterrâneos da liberdade; Farda, fardão, camisola de dormir* etc.) têm como pano de fundo histórico ou mesmo como tema principal o regime estadonovista. Sabe-se também que durante o Estado Novo o Sr. era um dos mais destacados intelectuais ligados ao PCB (então Partido Comunista do Brasil). Como se deu sua entrada no PCB e qual a sua atuação política durante a vigência do Estado Novo?

Jorge Amado: Comecei a militar na Juventude Comunista em 1934, passando depois para o Partido. Militei até o Natal de 1955. Lutei contra o Estado Novo nos quadros do Partido, escrevi em 1941 o livro *O cavaleiro da esperança* que, publicado primeiro na Argentina, em espanhol, foi útil para a obtenção da anistia em abril de 1945. Durante o Estado Novo estive preso e exilado (1941-42), na Argentina e no Uruguai. Atuei também no PCB da Bahia, dentre outros com Giocondo Dias, que durante bastante tempo exerceu a Secretaria Estadual do PCB no Estado, além de ter sido deputado estadual, dirigente nacional do PCB e seu secretário-geral por longos anos. Na minha opinião, um grande brasileiro.

RSP: A Constituinte de 1946 sucedeu ao Estado

Novo, um regime de cunho autoritário que, ao menos em sua fase inicial, reprimiu duramente o movimento democrático da época. Inclusive o Sr. foi vítima de perseguições políticas no período; além de ter sido preso e exilado, teve vários de seus livros censurados ou apreendidos pela polícia política. Hoje, passados cinquenta anos, como o Sr. caracterizaria o Estado Novo e o contexto de instalação da Constituinte?

Jorge Amado: O Estado Novo foi um regime autoritário à maneira brasileira. Acusado de fascismo, não tinha contudo as características fundamentais do fascismo. A Constituinte de 1946 foi convocada após o término do Estado Novo e o fim da guerra contra a Alemanha nazista. Tais acontecimentos concorreram de forma decisiva para o êxito dos trabalhos da Assembléia Constituinte de 1946, para sua densidade democrática, já que diversas correntes políticas que participaram da luta pela redemocratização — inclusive os comunistas — estavam representadas na Assembléia.

RSP: Os intelectuais tiveram uma atuação decisiva na derrubada do Estado Novo, atuação esta cujo ponto culminante foi a realização do I Congresso Brasileiro de Escritores, em janeiro de 1945. Como o Sr. vê a atuação política dos intelectuais no período?

Jorge Amado: Realmente os intelectuais tive-

¹ Esta entrevista foi concedida por fax.

ram uma atuação decisiva na derrubada do Estado Novo. O I Congresso Brasileiro de Escritores ganhou importância histórica pois pela primeira vez se falou de maneira mais explícita em redemocratização e em eleições. Várias correntes que se opunham ao Estado Novo encontraram-se no Congresso e conseguiram obter certa unidade de pensamento. Dos comunistas àqueles que seriam depois os “udenistas”. No Congresso, defendi as posições do Partido. Apesar das divergências, chegou-se a um manifesto unânime de denúncia do Estado Novo. O manifesto do Congresso resultou do acordo entre os vários grupos de esquerdistas e democratas.

RSP: Como era a atuação dos intelectuais no PCB nesse período? Além do Sr., outros intelectuais de destaque foram candidatos à Constituinte de 1946 pelo PCB?

Jorge Amado: O PCB, antes de ser um partido de trabalhadores, era um partido de intelectuais: estudantes, bacharéis, jornalistas, médicos etc., etc. — entre eles alguns escritores — que falavam em nome dos trabalhadores. Vários escritores dos diversos Estados foram candidatos à Constituinte de 1946 pelo PCB. Recordo, entre outros, os romancistas: Graciliano Ramos, por Alagoas, e José Geraldo Vieira, por São Paulo.

RSP: Após a realização do Congresso dos Escritores, seguiu-se um período de intensa efervescência política no país, com vários acontecimentos importantes (entrevista de José Américo no *Correio da Manhã*, a anistia aos presos políticos, a formação dos partidos nacionais etc.) e a campanha pela redemocratização ganhando as ruas. Qual foi sua atuação política no período? O Sr. ocupava algum cargo no PCB?

Jorge Amado: Nunca exerci nenhum cargo de direção política no PCB, fui um simples militante, atuando basicamente na imprensa. Fui também um dos diretores do jornal *Hoje*, cotidiano do Partido em São Paulo (1945).

RSP: Como surgiu sua candidatura à deputado federal constituinte pelo PCB? O Sr. chegou a ter alguma participação no processo de escolha dos candidatos?

Jorge Amado: Não tive nenhuma participação no processo de escolha dos candidatos do Partido à Constituinte. Apenas tentei apoiar, sem suces-

so, a candidatura de Oswald de Andrade a Deputado Federal por São Paulo. Fui escolhido pela direção do Partido por ser um escritor de bastante público. Só fui candidato por São Paulo, embora a legislação eleitoral da época permitisse a candidatura de um mesmo parlamentar por vários Estados.

RSP: Qual a posição do Sr. em relação a algumas medidas do PCB no período, como, por exemplo, o estatuto 13 do Partido (segundo o qual os membros do PCB não podiam se relacionar com trotskistas) e o apoio da agremiação ao ex-presidente Vargas?

Jorge Amado: Fui bastante radical, mas não cheguei jamais ao extremo radicalismo do estatuto do Partido. No que se refere à aproximação do PCB com Vargas, ela aconteceu de fato em 1945. Foi uma circunstância política que não me cabe e não desejo julgar. Na ocasião, membro do Partido, eu a apoiei.

RSP: A respeito da Constituinte de 1946. Como foi o seu funcionamento e qual a postura do governo Dutra em relação à Assembléia?

Jorge Amado: Os senadores e deputados eleitos em 1946 decidiram reunir-se em Assembléia Constituinte. Não foi uma decisão dos eleitores e sim dos eleitos. Em relação ao trabalho de elaboração constitucional, boa parte do trabalho estava concentrado na chamada “Grande Comissão” e nas suas 10 subcomissões, que preparavam as propostas que seriam debatidas em plenário. No tocante à postura do governo Dutra em relação à Constituinte, creio que houve um relacionamento cordial, embora o governo Dutra, extremamente conservador, procurasse influir no trabalhos da Assembléia.

RSP: Como era o relacionamento da bancada comunista com as bancadas dos demais partidos na Constituinte?

Jorge Amado: Mais ou menos cordial. Alguns deputados comunistas — era o meu caso e o de Alcedo Coutinho² — tinham relações amplas com os demais deputados. Eu me dava com todo mundo.

² Alcedo Coutinho: médico comunista eleito deputado à Constituinte de 1946 pelo PCB/PE.

RSP: E a relação do Sr. com os demais membros da bancada comunista? Havia alguma estratégia conjunta de atuação da bancada?

Jorge Amado: Tive sempre bom relacionamento com os membros da bancada do PCB. A estratégia era decidida pela direção do Partido. A bancada atuava obedecendo ordens imediatas da direção do Partido e estabeleceu-se uma certa divisão de tarefas entre os diversos membros da bancada. Me recordo, por exemplo, que vários discursos pronunciados por parlamentares da bancada comunista foram escritos por mim ou por Carlos Marighela, que era deputado constituinte pelo PCB da Bahia.

RSP: Qual era a reação dos demais partidos políticos às propostas apresentadas pelo PCB na Constituinte de 1946? O PCB logrou obter aprovação para muitas de suas propostas durante a Constituinte?

Jorge Amado: Em geral, extremamente negativa. Qualquer proposta da bancada era olhada com suspeita pela maioria dos Constituintes. Sobre a segunda parte da pergunta, uma resposta mais detalhada pode ser encontrada no meu livro *Navegação de cabotagem* (pp. 70-73), onde narro o processo de aprovação de uma emenda de minha autoria (da qual muito me orgulho e que foi transformada no inciso 6º do artigo 5º da Constituição de 1946), assegurando a liberdade religiosa e de culto.

RSP: Consultando os “Anais” da Assembléia Constituinte, vemos que, além desta emenda o Sr. apresentou outras 15, e teve aprovada outra, a de nº 2850, isentando de tributos a importação e produção de livros, periódicos e papel de imprensa. Como era o processo de elaboração das emendas pela bancada comunista?

Jorge Amado: A emenda nº 2850 resultou de uma proposta das editoras de livros e dos jornalistas e teve o apoio dos escritores que eram deputados e dos jornalistas que cobriam os trabalhos parlamentares. Não foi preciso fazer esforço para aprová-la. Por via de regra as emendas da bancada comunista eram elaboradas pela direção do Partido.

RSP: Outro aspecto de destaque de sua atividade constituinte foi sua atuação em favor da liberdade de imprensa. O Sr. chegou a ocupar a tribu-

na algumas vezes para protestar contra a apreensão das edições do diário comunista “*Tribuna Popular*” pelo governo Dutra (Conferir *Anais da Assembléia Constituinte*, 130ª Sessão, 10/08/1946, vol. XXI, pp. 267-269). Como foi a repressão do governo Dutra à imprensa na época?

Jorge Amado: O governo Dutra reprimiu apenas a imprensa comunista. No entanto, apesar da repressão, os jornais comunistas circulavam mais ou menos normalmente durante o citado governo.

RSP: Além de deputado constituinte, quais as outras atividades que o Sr. exercia no PCB na época? Como o Sr. conseguia compatibilizar sua militância política com sua atividade de escritor?

Jorge Amado: Eu militava ativamente no Partido, atuando principalmente, como já disse, na imprensa. Inclusive as tarefas partidárias foram tomando meu tempo a ponto de eu, durante alguns anos, não trabalhar em literatura.

RSP: Algumas das principais lideranças políticas da época, como Getúlio Vargas (PSD/RS), Otávio Mangabeira (UDN/BA) e Luís Carlos Prestes (PCB/DF) também foram Constituintes. Qual era o impacto da presença destas lideranças políticas na Constituinte?

Jorge Amado: Creio que dos três o que teve presença mais marcante foi Otávio Mangabeira. Prestes, é claro, algumas vezes provocou impacto com declarações sectárias. Getúlio aparecia de quando em vez, certa feita ocupou a tribuna para responder a Otávio Mangabeira.

RSP: Durante a Constituinte de 1946 o Sr. foi membro da *Comissão de Estudo das Indicações*, presidida pelo deputado Alfredo Novais (PSD/MG). Como foram os trabalhos desta Comissão e qual foi sua atuação na mesma?

Jorge Amado: A comissão estudava as indicações que eram levadas à plenária, onde eram elaborados os pareceres. Creio que fui um elemento bastante atuante — ao menos me esforçava por ser atuante. Inclusive cheguei a elaborar uma série de pareceres durante os trabalhos dessa Comissão, que devem constar nos *Anais da Assembléia Constituinte de 1946*.

RSP: Qual o papel que a Constituinte de 1946 teve na consolidação da democracia brasileira

no pós-guerra?

Jorge Amado: Creio que a Constituinte de 1946 foi muito importante para a consolidação da democracia brasileira, embora não considere que o povo brasileiro tivesse tido uma participação ativa e direta na elaboração da Constituição.

RSP: Logo após o encerramento dos trabalhos constituintes houve o processo de cassação dos mandatos dos parlamentares da bancada comunista e do direito à existência legal do PCB. Como o Sr. vê esse paradoxo, ou seja, de que num período de retorno à vida democrática tenha havido ao mesmo tempo a cassação do direito à existência legal de uma corrente política representativa na época como eram os comunistas?

Jorge Amado: Uma das conquistas democráticas do pós guerra foi a legalidade do PCB. Durou pouco. A maioria conservadora e reacionária do Parlamento, eleito em dezembro de 1945, aproveitando-se de posições sectárias de Prestes e da bancada, obteve a liquidação da legalidade do PCB e a expulsão do Parlamento

do Senador e dos Deputados comunistas. O governo Dutra era extremamente reacionário.

RSP: O Sr. viveu uma época na qual os intelectuais de vários campos ideológicos eram intensamente engajados na luta política. Hoje, passados 50 anos da Constituinte de 1946, como o Sr. vê em linhas gerais o atual quadro político?

Jorge Amado: Tudo mudou no mundo, já não existem a União Soviética e os demais países dito socialistas — não eram socialistas. A esquerda busca reencontrar-se e traçar novos caminhos — uma parte da esquerda. Outra parte, respondeu aos acontecimentos citados radicalizando-se ainda mais. Assim sucede no Brasil com certos partidos e grupos de esquerda. O que ocorreu não foi, entretanto, o último combate na guerra entre o capitalismo e o socialismo. O capitalismo continua a ser um sistema político estreito, extremamente defeituoso, em geral conduz à guerra e ao racismo. Acabaram ditaduras perversas que falavam em nome do socialismo. No socialismo, forma superior da sociedade, reside o futuro do homem.

Sérgio Soares Braga é Mestre em Ciência Política (UNICAMP) e Professor de Ciência Política da UFPR.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Jorge. (1986). “Conferência sobre a Constituinte de 1946”. In: ANDRADE, Manuel Correia de (org.). *Ciclo de conferências e debates sobre a Constituinte de 1946*. Recife, Massangana.

AMADO, Jorge. (1992). *Navegação de cabotagem: apontamentos para um livro de memórias que jamais escreverei*. Rio de Janeiro, Record.

AMADO, Jorge. (1991). “Entrevista concedida a Marilene Felinto e Alcino Leite Neto”. *Folha de São Paulo*, “Caderno Letras”, 06/07/1991, pp. 6-1 e 6-7.

AMADO, Jorge (1991). “As ‘pequenas histórias’ de Jorge (Entrevista concedida ao jornalista João Batista Magalhães, em Paris, quando do lançamento do livro *Navegação de*

cabotagem). *Folha de São Paulo*, “Livros”, 09/08/1992, pp. 6-8 a 6-11.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. (1947-1951). *Anais da Assembléia Constituinte de 1946*. 26 vols. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

CALLADO, Antônio. (1992). “Diário de bordo do capitão Jorge” (resenha de *Navegação de cabotagem*). *Folha de São Paulo*, 13/09/1992, pp. 6-8.

DULLES, John W. F. (1985). *O comunismo no Brasil, 1935-1945: repressão em meio ao cataclismo mundial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

WAINER, Samuel. (1987). *Minha razão de viver; memórias de um repórter*. Rio de Janeiro, Record.